



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47

A quadragésima reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no auditório da SEMA, Anexo Othelo Rosa, rua Carlos Chagas, número cinquenta e cinco, décimo primeiro andar, Porto Alegre-RS, no dia doze de setembro, do ano de dois mil e sete. **Compareceram** os seguintes Conselheiros: Francisco Simões Pires, (SEMA) presidência; Rosi Bernardes, SOP (vice-presidência); Margareth Vasata Silva, Secretária do Planejamento e Gestão (suplente); Salzano Barreto de Oliveira, Secretária da Saúde (suplente); Marta Hermínia Dias, SEDAI (suplente); Aloisio Sirangelo Braun, Secretária da Ciência e Tecnologia (suplente); Alberto Limberger, Casa Civil (suplente); Luiz Fernando Cybis, Comitê do Lago Guaíba (titular), Luciana Dalsasso Comitê Tramandaí (titular); João Francisco Giuliani, Comitê Santa Maria (titular); Lucia Schmidt, Comitê Pardo (titular); Tânia Zoppas, Comitê Caí (suplente). **Ausentes:** Secretária da Agricultura; Sistema Nacional de Meio Ambiente; Sistema Nacional de Recursos Hídricos e Comitê Apuaê-inhandava. **Ausência Justificada:** Fernando Bernál, Comitê do Baixo Jacuí. **Demais participantes:** Daniel Schmitz, Comitê Taquari-Antas; Henrique Kotzian e Sidnei Gusmão Agra, Ecoplan Engenharia Ltda; Rogério Ortiz Porto, Secretária da Irrigação; Júlio Vasconcelos, Comitê Santa Maria; Mariângela Laydner, SEHADUR; Vilma C. da Silva, Comitê do Lago Guaíba; Maria Salete Cobalchini, FEPAM; Ana Carara, Pró-Guaíba/SEMA; Lucia Camargo, Assessoria de Comunicação/SEMA; Maria Josete Barros, DRH/SEMA, Eduardo Krause, Secretária da Infra-Estrutura e Logística; Paulo Paim, Carmem Silva e Vania Oliveira, Secretária Executiva do CRH/RS. A reunião foi aberta às quatorze horas e vinte cinco minutos pelo representante legal do Presidente do CRH/RS, Sr. Francisco Simões Pires que registrou ser um privilégio e um prazer presidir a sessão do CRH, por não haver antes presidido este colegiado, acima de tudo pela relevância e controle social que o grupo exerce em termos de recursos hídricos no Estado do Rio Grande do Sul. Tendo quórum suficiente declarou abertos os trabalhos, e de imediato, conforme a pauta, passou à aprovação das atas da 39ª ordinária, 11ª e 12ª extraordinárias. O Secretário Executivo Paulo Paim leu a solicitação de alteração da ata, recebida do Conselheiro Bernál que, ao mesmo tempo em que justifica a sua ausência, solicita a redação correta nas linhas 92 a 95: *“O conselheiro Bernál solicitou um registro em ata, de agradecimento do Comitê Baixo Jacuí, às empresas Aro Mineração, SMARJA, SOMAR e a COPELME que estão destinando ao Comitê, um valor de R\$ 4.500,00 para manutenção da Secretária Executiva”*. Ao mesmo tempo pediu que fosse melhor explicado o que se refere ao termo flexibilizar, linha 56. Paim explicou que utilizou a palavra flexibilizar no momento da elaboração da ata, usou para explicar a proposta de encaminhamento de alteração da Lei 10.350/1994. O Conselheiro Giuliani disse saber que é difícil transcrever fielmente todas as frases da gravação e algumas coisas ficam truncadas, e solicitou poder comentar o registro na ATA em debate, sobre uma intervenção sua. O Presidente Simões Pires disse que seria feita um exceção já que as atas ficam disponibilizadas e os Conselheiros devem encaminhar por e-mail ou formalmente as retificações quando entenderem necessárias. O Conselheiro Giuliani relatou que onde fica, lá fora (interior) não chega a internet, e quando a ATA chega as suas mãos já o prazo já se esgotou.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

48 Seu comentário se referia à forma e ao tom com que suas palavras teriam sido
49 transcritas na ATA, mas não fez nenhuma correção ao texto. Não havendo mais
50 manifestações o Presidente colocou em deliberação. Atas aprovadas com 11
51 (onze votos) a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. Item II da pauta –
52 Resolução n.37/07 – Indicação do Secretário Executivo do FRH/RS – O
53 Presidente Simões Pires solicitou ao Secretário Executivo Paulo Paim que fizesse
54 a leitura da Resolução publicada Ad Referendum do CRH. Após a leitura, Paim
55 lembrou que na reunião anterior, convocada exatamente para este fim, não havia
56 quórum e os presentes garantiram ao Presidente Otaviano, que a publicação
57 desta resolução seria cancelada na reunião seguinte. O Presidente Simões Pires
58 colocou em discussão. Aprovada, com 11 (onze) a favor, nenhum voto contra,
59 nenhuma abstenção. Item III da pauta – Proposta de criação de Câmaras
60 Técnicas – O Presidente Simões Pires colocou em apreciação dos Conselheiros
61 quanto à forma, à constitucionalidade, à estruturação e à sistematização da
62 proposta de criação das CTs e, consultou os Conselheiros se desejariam alguma
63 explicação sobre o histórico e os motivos que originaram essa proposta. Solicitou
64 ao Secretário Paulo Paim que comentasse essa motivação. Paim lembrou que o
65 CRH no passado, embora o Regimento Interno permitisse CTs múltiplas,
66 entendeu em determinado momento que deveria ter uma única CT já que o
67 Sistema estava ainda no começo do seu processo de implantação. Lembrou
68 ainda que consciente dos novos tempos e da necessidade do CRH ser melhor
69 apoiado tecnicamente, os conselheiros já haviam aprovado a Resolução 36/07,
70 que autorizou a Secretaria Executiva do CRH a criar CTs. O Presidente Simões
71 Pires observou sobre a experiência que tem recolhido em sua atuação no
72 CONSEMA e como isso teria-lhe influenciado no trabalho conjunto com a
73 Secretaria Executiva na montagem da proposta. Observou que as denominações
74 propostas são bem abrangentes e que atenderiam as necessidades atuais do
75 Sistema. Seriam três, consideradas as regiões hidrográficas. Uma de águas
76 subterrâneas, uma de orçamento e acompanhamento dos projetos do FRH e,
77 uma de assuntos institucionais e jurídicos. *E se as senhoras e os senhores*
78 *observarem no parágrafo segundo, do artigo 1º, temos a preocupação de que a*
79 *CT Jurídica participe no desenho, no formato, na constitucionalidade e na*
80 *legalidade deste Conselho, e até permita que as nossas Resoluções sejam*
81 *produzidas dentro da melhor técnica legislativa evitando que depois possam ser*
82 *questionadas,* comentou o Presidente. Também observou que a criação,
83 respeitando as três regiões hidrográficas permite um conjunto bastante
84 interessante de participantes facilitando a deliberação, o conhecimento, a
85 sugestão, a recomendação, enfim, das matérias pertinentes àquelas Regiões
86 Hidrográficas. Justificou a CT de águas subterrâneas pela especificidade e pela
87 peculiaridade que o tema implica. E, a de Orçamento e Acompanhamento dos
88 Projetos do FRH-RS, o Presidente afirmou: *é que nós precisamos, seguramente*
89 *dentro do nosso colegiado tenha esta aptidão, esta visão mais pontual na*
90 *distribuição e na quitação dos valores, até porque interessa a várias Secretarias.*
91 Maria Salete, da FEPAM perguntou como seria a Câmara Técnica da Região do
92 Guaíba. Paulo Paim informou que na segunda parte da proposta de Resolução
93 estaria regrada a composição. Embora não tivesse ficado clara a preocupação da
94 representante da FEPAM, o Conselheiro Cybis disse que compartilha a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

95 preocupação e ponderou que todo este movimento de criação de CTs teria
96 surgido a partir do GT da Região do Guaíba, no qual todos os nove Presidentes
97 de Comitês estão presentes. Entendeu que seria muito difícil convencer os seus
98 colegas a ficar fora de uma CT (já que o número máximo proposto é 06 membros)
99 que vai planejar os Recursos Hídricos da área dos Comitês. O Presidente Simões
100 Pires reafirmou que não é questão fechada, é uma proposta, e que o plenário é
101 soberano para emenda, recomendar. Propôs até um pedido de vistas para que
102 possam ser realizadas as modificações e ampliações. Sr. Sérgio Cardoso pediu a
103 palavra e faz a seguinte consideração: *nós teremos de separar a questão da*
104 *responsabilidade técnica de uma CT é a divergência política. Um Presidente de*
105 *Comitê é uma agente político, tem que ser um agente com conhecimento técnico*
106 *indicado pelos Comitês. E não devemos transformar uma CT em mais um espaço*
107 *político. Não como o CONSEMA hoje, onde as CTs são tão fortes politicamente*
108 *quanto sua plenária. A questão é, não tanto pela quantidade, mas como os*
109 *Comitês da Região Hidrográfica escolherão os seus representantes.* O
110 Conselheiro Cybis rebateu afirmando que enxergava a CT como espaço de
111 planejamento, como institucionalização de um espaço de planejamento feito
112 politicamente pelos Presidentes dos Comitês. A Conselheira Tânia Zoppas disse
113 que não estava evidenciado que os membros das CTs seriam os Comitês. O
114 Presidente deu provimento ao pedido de vistas do Conselheiro Cybis, saindo a
115 proposta de pauta desta reunião e ingressando na próxima. Item IV da pauta –
116 Proposta de remanejamento dos recursos do FRH/RS – O Presidente Simões
117 Pires comentou que já era do conhecimento dos Conselheiros que o Estado está
118 no CADIN, pauta de outra reunião do CRH. O Secretário Executivo Paulo Paim
119 confirmou que o assunto foi tratado pelo Secretário Otaviano e este
120 remanejamento seria o plano alternativo, para tocar adiante o PERH já que os
121 repasses do FNMA estão comprometidos. Fez uma rápida apresentação do
122 andamento do PERH desde a assinatura e a fase em que se encontra. Falando
123 em números, apresentou todo o histórico dos recursos recebidos, liberados,
124 relatórios elaborados, pagos e pendentes. Concluiu mostrando que, para 2007, o
125 PERH necessita de R\$ 336.923,47. O Presidente colocou a palavra à disposição
126 dos Conselheiros. Na ausência de falas, o Presidente Simões Pires disse que
127 teria sido estudado o ajuizamento para a liberação dos recursos. Explicou que
128 uma ação dessa natureza escapava do nível de governabilidade do Secretário
129 Otaviano e passaria para o plano de decisão da Governadora. O Secretário
130 Rogério Porto falou que o governo federal está começando a se sensibilizar com
131 esta situação, dos 27 estados, 25 estão no CADIN. A Secretaria da Fazenda tem
132 um Grupo de Trabalho permanentemente reunido para cada vez que tenha um
133 recurso a ser liberado entram com uma liminar, conseguem a adimplência e após
134 voltam a inadimplência. O Presidente Simões Pires colocou novamente a palavra
135 à disposição do plenário. A Conselheira Tânia Zoppas perguntou se o valor será
136 adicionado a 2007, ou será remanejado. O Secretário Paulo Paim explicou que a
137 competência do Conselho é mexer nas rubricas e autorizar repasses. Afirmou
138 que, do ponto de vista pragmático o remanejamento não afeta em nada a
139 programação do FRH na medida em não será executado todo o valor previsto na
140 programação. O Conselheiro Cybis perguntou: *a nossa decisão de transferir*
141 *recursos de uma rubrica para o PERH possibilitará na prática uma imediata*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

142 *continuação ou tem outros problemas que nós não estamos sabendo. O*
143 *Presidente Simões Pires disse que fazia questão de responder. Afirmou que as*
144 *deliberações que são tomadas a respeito dos valores tem sido executadas pela*
145 *SEMA, mas que a Secretaria está submetida às estruturas orçamentárias, à*
146 *JUNCOR, etc. Todas as decisões do órgão colegiado evidente são válidas e são*
147 *eficazes até porque são tomadas pelo órgão a quem compete tratar a política que*
148 *versa os recursos hídricos. Evidentemente a Secretaria de Estado tem que acatar*
149 *as decisões porque nenhuma delas contem ilegalidades. Mas na execução, o*
150 *Estado tem enfrentado alguns transtornos. O Presidente Simões Pires colocou a*
151 *palavra à disposição do Conselho e colocou em votação: 10 votos favoráveis,*
152 *nenhum contra e nenhuma abstenção. Item V da pauta – Proposta de revisão dos*
153 *procedimentos de outorga na bacia do rio Santa Maria. O Secretário Executivo*
154 *Paulo Paim informou que o Comitê Santa Maria tem duas outras resoluções*
155 *regulamentando a outorga. Neste momento o que o Comitê traz é uma revisão*
156 *geral das diretrizes que regem os procedimentos de outorga na bacia do Santa*
157 *Maria. Em seguida, Júlio Vasconcelos, Presidente do Comitê falou que fez parte*
158 *da CT Agropecuária do CONSEMA, quando o Fórum de Comitês recomendou*
159 *que houvesse outorga especial nas três bacias críticas: Lagoa Mangueira,*
160 *Gravataí e Sinos, o Comitê Santa Maria pediu que também houvesse outorga na*
161 *bacia do Santa Maria, porque entendia como instrumento de gestão muito*
162 *importante. Salientou que todo processo novo está sujeito a ocorrer alguns*
163 *equivocos. Após alguns considerandos apresentou a proposta: “1- que seja*
164 *concedida outorga, em caráter precário, com vencimento em 31/07/2008, para*
165 *todos os produtores que tradicionalmente utilizam água de curso natural do rio*
166 *Santa Maria, e não encaminharam os procedimentos em tempo hábil; 2- que a*
167 *outorga seja considerada como um processo evolutivo e não como um evento.*
168 *Isto implica na continuada atualização, operação e manutenção das atividades de*
169 *sustentação da outorga tais como: cadastro de usuários, monitoramento*
170 *quantitativo, monitoramento qualitativo, atualização de balanço hídrico, sistema de*
171 *informações da bacia e aprimoramento da instrução do processo, e divulgação na*
172 *mídia escrita e falada. - Para tanto, o Comitê recomenda ao Estado, através do*
173 *DRH-RS, que implemente ações para o estabelecimento disto através de uma*
174 *forma legal por ele definida, como por exemplo, contratação direta de pessoal ou*
175 *de estudos através de convênios com instituição capacitada, com participação*
176 *direta do Comitê. Estas atividades configuram as funções que podem ser*
177 *continuadas no futuro, com a implantação da Agência da Bacia; 3-*
178 *posteriormente, de forma democrática, serão fornecidas as outorgas por volume e*
179 *não por área como está estabelecido atualmente, considerando-se todas as*
180 *fontes de irrigação disponíveis, para que todos os produtores sejam contemplados*
181 *de acordo com a disponibilidade hídrica de cada sub-bacia ou sessão.” O*
182 *Presidente Simões Pires abriu espaço à manifestação dos conselheiros. Sérgio*
183 *Cardoso solicita licença para se manifestar. Disse que toda a construção ao longo*
184 *do tempo é válida e questionou se a liberação até 2008 não seria um privilégio a*
185 *quem não se cadastrou e uma penalidade a quem correu atrás da máquina.*
186 *Sérgio observa: e tem alguma contrapartida deste povo que não se cadastrou,*
187 *alegando algum motivo? Por que depois vão começar a fazer prorrogação, vai*
188 *refletir na bacia do Santa Maria, amanhã o povo que é do mesmo setor se*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

189 *comunica bem vai estar pleiteando na bacia do Gravataí.* Julio Vasconcelos
190 respondeu que sim, que o problema vai chegar ao Sinos e Gravataí e que terão
191 de revisar também. Conselheiro Cybis entendeu ser bastante razoável que as
192 diretrizes sejam propostas pelo Comitê e chanceladas pelo Conselho e pelo DRH
193 segundo suas competências. O Presidente disse que o Regimento Interno do
194 CRH e CONSEMA são muito assemelhados em alguns aspectos e o tema não
195 deveria ser motivo de Resolução ou de Moção, mas sim de uma Recomendação.
196 Explicou que a Recomendação tem caráter vinculativo, mas precário, carecendo
197 de constante atualização. Cumprimentou Presidente Júlio Vasconcelos e justificou
198 por algo que considerou relevante: *o processo de licenciamento é muito mal*
199 *compreendido pelos órgãos públicos que entendem que o processo de*
200 *licenciamento preenchimento que se esgota em si. Quando na verdade, o*
201 *processo de licenciamento é um instrumento de gestão.* O Conselheiro Cybis
202 solicitou que fosse lida novamente as proposições do Comitê. O Secretário
203 Rogério Porto pediu a palavra e lembrou que se é uma Recomendação não
204 precisa ser exatamente nos termos propostos. Uma Recomendação, sendo assim
205 é passível de algum tipo de alteração. O Presidente colocou em votação nos
206 moldes apresentados pelo Comitê com as ressalvas pertinentes. 10 votos a favor,
207 aprovada e será encaminhada ao diretor do DRH, mediante ofício e com os
208 documentos que instruíram a proposta. Item VI da pauta - Aprovação do Processo
209 de Formação do Comitê Estadual das Áreas Drenadas para o Rio Quaraí – O
210 Presidente Simões Pires solicitou a Paulo Paim que relatasse o tema. Paim
211 lembrou que, quando observamos o mapa das bacias hidrográficas do Estado,
212 nos damos conta que, sendo o Mampituba, o Quaraí, o Jaquarã e o Negro rios
213 do domínio da União, se nada fosse feito pelo Estado, ficaríamos com áreas RS
214 drenadas por arroios e pequenos afluentes destes a descoberto em relação a
215 gestão de recursos hídricos. Chamou a atenção dos conselheiros que o Ministério
216 das Relações Exteriores está muito atento e o Conselho Nacional de Recursos
217 Hídricos também, às questões de fronteira. Paim disse que o Comitê Quaraí
218 gaúcho está inserido num contexto de fronteira, estudado pelo DRH e pela
219 Agência da Lagoa Mirim que resultou na Moção nº 29 do CNRH, que mais do que
220 acatar o trabalho realizado, recomendou que fosse implantado em todo o Brasil.
221 Aqui no Rio Grande do Sul, o primeiro resultado desse trabalho foi o Comitê
222 gaúcho das áreas drenadas do Comitê da Lagoa Mirim – São Gonçalo e o
223 segundo exemplo é este, o Quaraí e o terceiro será o Negro. Estamos repetindo o
224 mesmo modelo, organizando os comitês gaúchos que serão, no futuro, Comitês
225 federais. A única questão é que no Comitê gaúcho não tem usuário da água direto
226 do rio de domínio da União, e nem pode. Paim afirmou: *assim, nós resolvemos o*
227 *problema do Estado e deixamos a porta aberta para a União também resolver o*
228 *Comitê Federal.* Infelizmente o coordenador da comissão provisória Ivo Wagner
229 não pode estar presente, porque está com o pai hospitalizado aqui em Porto
230 Alegre. O Presidente Simões Pires deixou a palavra a disposição. O Conselheiro
231 Giuliani disse que não tinha entendido: *o Comitê não terá as mesmas*
232 *características dos outros Comitês?* O Secretário Paulo Paim informou que a
233 proposta de composição é exatamente igual aos outros e após chancelado pelo
234 Conselho, vai seguir os rituais práticos que todos conhecem. O Presidente
235 Simões Pires colocou em votação – aprovado 10 votos à favor. Item VII -



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

236 Proposta de financiamento, com recursos do FRH, de projetos no âmbito dos
237 municípios, que contribuam para o processo de gestão das águas nas bacias
238 hidrográficas do Rio Grande do Sul – Paim comentou: não é novidade para
239 ninguém a dificuldade dos municípios participarem no processo de gestão. Por
240 outro lado, a grande maioria das ações decorrentes da ação dos Comitês de
241 Bacia, especialmente o Enquadramento, tem conseqüência direta no uso e na
242 ocupação do solo do espaço municipal. Muitos serviços que são da
243 responsabilidade dos municípios, como a drenagem, o esgotamento doméstico e
244 outros, têm conseqüência direta na qualidade e quantidade dos rios. Por estes e
245 por outros motivos estamos carentes de ações reais, pragmáticas, de resultados
246 imediatos. Sérgio Cardoso destacou que pela parte da manhã, participou de
247 reunião do Fundo onde o diretor Ivo Mello apresentou 02 processos, um
248 envolvendo uma universidade e outro uma prefeitura e queria que o GT desse
249 uma posição sobre os pedidos de recursos do Fundo. A pergunta que se fez foi:
250 passou pelo Comitê? Relatou que, como a resposta foi não, tinham devolvido ao
251 Diretor para serem encaminhados aos Comitês. Aproveitando o gancho no que foi
252 colocado afirmou: *nós avançamos uma linha sim, se for por dentro do Sistema, a*
253 *prefeitura participar, é estratégico e fundamental.* O Conselheiro Cybis disse que
254 em São Paulo, o Fundo funciona mais ou menos como isso. Lá, o dinheiro é
255 dividido entre os Comitês para deliberar. E a conseqüência disso é que os
256 Prefeitos vêm disputar a presidência dos Comitês. O Secretário Paim disse que
257 realmente os Comitês paulistas são assim, eles são o fórum, espaço para
258 deliberação sobre recursos. O Presidente Simões Pires perguntou se o
259 encaminhamento adequado do assunto seria o GT dos Projetos e
260 Acompanhamento do Fundo. O Conselheiro Daniel sugeriu que mesmo o assunto
261 seja encaminhado ao GT, mas que também tramitasse pelos Comitês. O
262 Presidente Simões Pires colocou em votação do encaminhamento, 10 votos a
263 favor. VIII – Assuntos Gerais. Paim informou que o processo de alteração da lei
264 10.350 estava na Assembléia Legislativa. Sérgio Cardoso disse que solicitará ao
265 Deputado Bordignon para que acompanhe o processo. O Conselheiro Cybis
266 informou que no dia 24 de setembro acontecerá a reunião do Fórum Gaúcho de
267 Comitês em Santo Ângelo-RS. Nos dias 04 e 05 de outubro, do Fórum Nacional.
268 Questionou a participação do representante do órgão gestor do Estado. Observou
269 que embora convidado pessoalmente o Diretor Ivo Mello não tinha ainda se
270 engajado. O Presidente Simões Pires solicitou ao Secretário Paim que enviasse
271 correspondência ao Diretor Ivo solicitando informações. O Conselheiro Cybis
272 ainda fez uso da palavra para cumprimentar a Presidência do CRH pelo que
273 considerou *uma excelente reunião.* Nada mais havendo a tratar, o Presidente
274 Francisco Luiz da Rocha Simões Pires encerrou a reunião e eu, Paulo Renato
275 Paim, Secretário Executivo do Conselho de Recursos Hídricos, lavro esta ata